

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A - EBC

ATA DA 5ª. REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A - EBC REALIZADA AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E OITO NO HOTEL SAN MARCO, NA FORMA ABAIXO:

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, no Hotel San Marco, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 32 do Decreto nº 6.246 de 24 de outubro de 2007, publicado no DOU de 25 de outubro de 2007, com a presença dos seguintes membros: **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo**, Presidente do Conselho **Franklin de Souza Martins**, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; **Sérgio Machado Rezende**, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; **José Luiz Silva Ferreira**, Ministro de Estado da Cultura, **Ana Luiza Fleck Saibro**, **Alex Pereira Barboza**, **Cláudio Salvador Lembo**, **Ima Célia Guimarães Vieira**, **José Paulo Cavalcanti**, **José Antonio Fernandes Martins**, **Lúcia Willadino Braga**, e **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de Diretora-Presidente da EBC; além dos seguintes diretores da EBC: **Helena Chagas**, Diretora de Jornalismo; **José Roberto Garcez**, Diretor de Serviços; **Delcimar Pires**, Diretor Administrativo e Financeiro; **Roberto Gontijo**, Diretor de Suporte, **Leopoldo Nunes**, Diretor Programação de Conteúdo e o Secretário da mesa, **Lauro de Oliveira**. O Ministro da Educação **Fernando Haddad** e os membros **Ângela Gutierrez Antonio Delfim Neto**, **Isaac da Silva Pinhanta**, **José Antônio Fernandes Martins** e **José Bonifácio de Oliveira Sobrinho**, justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: I) Abertura; II) Aprovação da ATA da reunião anterior; III) Posse dos novos membros do conselho, senhor João Luis Silva Ferreira na qualidade de Ministro de Estado da Cultura e senhora Ana Luiza Fleck Saibro, representante do Senado; IV) Relatório da Comissão Sindicante referente ao caso Luiz Lôbo; V) Informações da diretoria sobre o afastamento dos diretores Geral e de Relacionamento; VI) Debate sobre o comparecimento dos senhores conselheiros às reuniões do colegiado; VII) Assuntos Gerais. Deliberações: I) Abertura; II) Aprovação da ATA da reunião anterior; III) Posse dos novos membros do conselho, senhor João Luis Silva Ferreira na qualidade de Ministro de Estado da Cultura e senhora Ana Luiza Fleck Saibro, representante do Senado - Iniciando os trabalhos o senhor Presidente deu as boas vindas a todos e aos novos membros do Conselho Curador o senhor João Luis Silva Ferreira e senhora Ana Luiza Fleck Saibro, que assinaram os respectivos Termos de Posse. Em seguida colocou em pauta a aprovação da Ata da reunião anterior, que foi assinada pelos presentes. IV) Relatório da Comissão Sindicante referente ao caso Luiz Lôbo – O Presidente do Conselho colocou em discussão o item principal da ordem do dia, a discussão do relatório elaborado pela comissão que trata da questão da demissão do funcionário Luis Lôbo e passou a palavra ao conselheiro José Paulo, para um breve resumo do que foi exposto no parecer da comissão, de modo que possa dar a palavra a cada um dos conselheiros para que eles possam fazer as suas considerações e posteriormente à presidente Tereza Cruvinel e à diretora Helena Chagas, também para as suas considerações, após o que se procederá



ATA DA 5ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC REALIZADA AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E OITO NO HOTEL SAN MARCO, NA FORMA ABAIXO:

a votação. Com a palavra o conselheiro José Paulo Cavalcanti, que antes de começar a exposição, perguntou aos senhores conselheiros se chegaram a ler o texto. Informou que a comissão discutiu assunto, trocou minutas quando produziu consenso, deu ciência ao presidente Beluzo do texto, após o que finalizou a peça e a entregou apenas ao presidente Beluzo. Informou ainda que o episódio é bem conhecido e que a comissão se empenhou em duas linhas distintas. Imediatamente à comissão, pareceu claro que se tratava de um episódio empregatício, de relações entre “patrão e empregado”. Continuou relatando que ouviu-se demoradamente os dois interessados, que os “e-mails” trocados estão como um anexo, que a síntese dos “e-mails” está dentro processo e que depois, ouviu-se pessoalmente as duas áreas interessadas. Que nas avaliações, está dito no relatório, à comissão pareceu que o jornalista Luiz Lôbo é uma pessoa bem intencionada, comprometido com o projeto, uma pessoa que acredita no projeto, na TV independente. Também, quanto à jornalista Helena Chagas, a comissão teve a mesma impressão e pareceu sem divergências com o jornalista, que ela é uma pessoa que tem qualificações para exercer o cargo, está absolutamente qualificada, comportou-se com isenção e, o que é curioso, nas suas palavras, na busca dos culpados, a compreensão é de que não houve culpado. São duas pessoas que foram bem avaliadas pela comissão. Continuou relatando que o primeiro trabalho da comissão foi analisar os noticiários da televisão nos dias que precederam o desfecho do episódio, para tentar caracterizar a existência ou não de uma posição da TV Brasil no sentido de favorecer o governo que contrata seus dirigentes e a primeira constatação é que, pelo noticiário, não foi possível fazer esta caracterização. Em resumo, considerando todas as circunstâncias, deixou claro, que na condução dos trabalhos a comissão não sofreu nenhuma interferência externa que pudesse influenciar nos seus trabalhos e que a conclusão, é que no caso ocorreu apenas incompreensões naturais de relação de trabalho entre o jornalista Luiz Lôbo e a direção de jornalismo da TV Brasil. Aos olhos da comissão, o Repórter Brasil Noite foi considerado tecnicamente correto e politicamente isento, e concluiu sua fala, apresentando na forma de moção, que o artigo 27 do regimento do conselho prevê apoio técnico. Continuou dizendo que neste momento ficou claro a importância de ter alguém que não seja vinculado à estrutura burocrática da TV Brasil e que possa cumprir tarefas que sejam determinadas. Uma pessoa que, por exemplo, recebesse do conselho a recomendação de assistir todos os noticiários para reportar se alguma coisa diferente do normal acontecesse, se algum programa tem algum problema, ou seja, alguém que pudesse fazer essa comunicação, efetuar estudos e conceitualmente, que não devia estar ligado à TV Brasil, para que o presidente desse tarefas específicas, não vinculadas ao dia a dia da TV Brasil. A segunda colocação, diz respeito à contratação de pessoas na área de conteúdo. Em seguida o senhor presidente passou a palavra aos senhores conselheiros para suas considerações, tendo os mesmos dado como satisfatório o trabalho da comissão, aprovado os seus termos e manifestado favoráveis às considerações finais do relator. Em seguida também tiveram a palavra a senhora diretora-presidente da EBC, que falou sobre os percalços dos primeiros dias da Empresa, as naturais dificuldades de implantação e mudanças na programação, que o processo ainda continua, que está empenhada na implementação da



ATA DA 5ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC REALIZADA AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E OITO NO HOTEL SAN MARCO, NA FORMA ABAIXO:

ouvidoria, que já foi aprovada uma norma e é necessário agora construir o modelo funcional da ouvidoria. Informou ainda que a EBC vai ter um ouvidor-geral e ouvidores adjuntos para os três tipos de veículos: ouvidor de rádio, ouvidor de agência e o ouvidor da Televisão Brasil. **V) Informações da diretoria sobre o afastamento dos diretores Geral e de Relacionamento** - A Diretora-Presidente informou aos senhores conselheiros as circunstâncias em que se deram o afastamento dos diretores Geral e de Relacionamento. **VI) Debate sobre o comparecimento dos senhores Conselheiros às reuniões do colegiado** - O senhor Presidente do conselho relatou sobre o relatório de comparecimento dos membros às reuniões e sobre a saída, a pedido dos conselheiros Luiz Edson Fachin e Wanderley Guilherme dos Santos e informou sobre outros conselheiros, que justificadamente não puderam comparecer a algumas reuniões. Precisamente sobre esses últimos, iria conversar pessoalmente com eles, para que questão pudesse ser relevada. **VII) Assuntos Gerais** - O senhor Presidente informou que iria encaminhar ofício a senhora Diretora - Presidente com o objetivo de solicitar a nomeação do secretário para atender exclusivamente ao Conselho Curador e disse crer, que assim iria atender às colocações do conselheiro José Paulo. Para constar, eu Lauro de Oliveira Chaves, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.


LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO
Presidente


FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

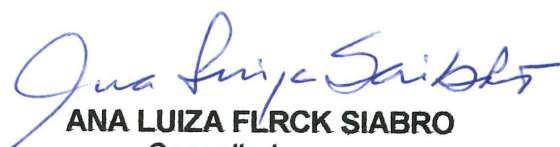
SÉRGIO MACHADO REZENDE
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia



ATA DA 5ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC REALIZADA AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E OITO NO HOTEL SAN MARCO, NA FORMA ABAIXO:



JOAO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura



ANA LUIZA FLRCK SIABRO
Conselheira

ANA LUIZA FLECK SAIBRO



CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro

ALEX PEREIRA BARBOZA
Conselheiro



IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira



JOSÉ PAULO CAVALCANTI
Conselheiro



JOSÉ ANTONIO FERNANDES MARTINS
Conselheiro



LUCIA WILLADINO BRAGA
Conselheiro

MARIA TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC



LAURO DE OLIVEIRA CHAVES

Ilmo. Sr. Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo
MD. Presidente do Conselho Curador da EBC

REFERÊNCIA: Relatório da Comissão designada, pelo Conselho Curador, para se pronunciar sobre a demissão, em 04.04.2008, do jornalista Luiz Lobo, até então Editor-Chefe do programa Repórter Brasil Noite.

“O Governo paga a TV Pública, mas a sociedade, por meio do Conselho (Curador), deve controlá-la”.

Tereza Cruvinel
Revista Imprensa (20.10.2007).

Os abaixo assinados, membros do Conselho Curador e integrantes de Comissão constituída para se pronunciar sobre o episódio em epígrafe, vêm apresentar o correspondente relatório, e também a moção, tudo como a seguir indicado.

O FATO

O jornalista Luiz Lobo foi Editor-Chefe do telejornal da EBC – “Repórter Brasil Noite”, que vai ao ar diariamente (salvo fins de semana) das 21 às 22 horas. Não obstante trabalhando desde 22.11.2007 (segundo ele), ou 30.11.2007 (segundo Helena Chagas), seu contrato de trabalho foi assinado apenas em 22.02.2008 – prevendo carga horária de 30 horas semanais. O jornalista foi demitido pela Diretora de Jornalismo, Helena Chagas, em 04.04.2008.

O fato tem duas dimensões óbvias: ou decorre apenas das relações de trabalho; ou sugere algum tipo de dependência entre a TV Brasil e o Governo que a financia e indica seus dirigentes. Sobre essas duas hipóteses trabalhou a Comissão.

Na primeira dimensão, trata-se de evento corriqueiro. Em que pessoas se conhecem apenas socialmente, ou a partir de relações profissionais eventuais, e passam depois a trabalhar em contacto mais próximo. Atendendo, ou não, às recíprocas expectativas de empregador e empregado. Restrito a esse campo, o episódio não tem maior importância. O funcionário é demitido, os direitos trabalhistas são pagos, e outro jornalista é contratado.

É portanto na segunda e outra dimensão que o episódio ganha importância. Porque independência é o próprio coração de uma televisão pública que aspire ser independente. Certo que a mera suspeita de que possa estar a serviço do Governo, o mesmo que a sustenta economicamente e escolhe seus dirigentes, fere de morte o projeto. Um risco bem conhecido, inclusive daqueles que fazem a TV Brasil:

“Ao longo dos governos, há momentos de maior ou menor intervenção governamental. Esse é um risco permanente na TV Pública. Por isso temos que ter todo cuidado de explicar à sociedade que a TV é sua” (Revista Imprensa, 20.10.2007).

Tereza Cruvinel, Diretora Presidente da EBC

“Chegamos aqui com uma fita métrica para medir o espaço dado ao governo e oposição” (Carta Capital, 14.05.08). “Levo muita crítica por ser muito chapa-preta. Mas o que a gente faz não é chapa-preta nem branca. É jornalismo” (Folha de S. Paulo, 07.04.08).

Helena Chagas, Diretoria de Jornalismo da EBC.

“Perigos há, como em todas as emissoras públicas do mundo. Mas temos um compromisso histórico. É um compromisso pessoal de cada um que está nesse projeto. Se houver interferência do governo, se isso acontecer, está acabada a tevê pública brasileira” (Carta Capital, 14.05.08).

Orlando Sena, (então ainda) Diretor Geral da EBC.

Em busca de esclarecer o episódio, nessas duas linhas, se empenhou a Comissão designada pelo Conselho Curador da EBC. Com a preocupação de ouvir todos os

envolvidos; avaliar e comparar o maior número possível de notícias da TV Brasil e das grandes redes; examinar os programas, sobretudo nos dias que procederam a demissão; e, sobretudo, propor medidas que contribuam para garantir que a TV Brasil se afirme ainda mais, aos olhos do indeterminado cidadão comum, como uma emissora que está a serviço, exclusivamente, do interesse coletivo.

Dando início aos trabalhos, a Comissão encareceu, ao jornalista e à Diretora de Jornalismo da EBC, relatos do episódio segundo seus pontos de vista. São os que se seguem.

SÍNTESE DO PRONUNCIAMENTO DO JORNALISTA LUIZ LOBO

A pedido da Comissão, em 18.04.2008, o jornalista Luiz Lobo enviou, por e-mail, texto com 12 páginas, em resumo afirmando o que se segue (texto integral acompanha, como anexo, o presente relatório).

“Luiz Lobo, 42 anos, natural de Brasília. Jornalista, Graduado em Comunicação “com Honras” e Mestre em Gestão de Mídia e conhecimento pela Universidade de Iowa nos Estados Unidos, onde residi e trabalhei por quase 17 anos, 11 destes em televisão.

Fui produtor executivo, diretor, apresentador e repórter correspondente, durante cinco anos, na PBS/IPTV, segunda maior afiliada à TV Pública norte-americana. Neste período, atuei também como consultor e conselheiro da Corporation for Public Broadcasting (CPB) e da Comissão Gore, constituída em 97 para orientar emissoras públicas sobre as oportunidades de conteúdo e obrigações da TV digital.

Ministrei diversas palestras e cursos sobre mídia e conhecimento no Brasil, Canadá e Estados Unidos, onde sou premiado por projetos inovadores para a TV digital, educativa, pública e interativa. Fui também professor de telejornalismo e coordenador da Central de Mídia e de Educação à Distância do curso de Comunicação Social do Instituto de Educação Superior de

Brasília (IESB); professor assistente de produção jornalística da universidade de Iowa.

Nos últimos quatro anos, atuei como repórter contribuinte da CNN Internacional em Brasília, repórter e editor nacional de meio ambiente e clima e apresentador do SBT Brasil com Ana Paula Padrão; produtor executivo de projetos jornalísticos para emissoras americanas, como o “The History Channel”, CBS e outras. Sou referência, no Brasil, para produtoras internacionais interessadas em assuntos indígenas e meio-ambiente, bem como empresas de consultoria em mídia training e gerenciamento de crises.

OBJETIVOS TÉCNICOS. Tentarei demonstrar, com referências ao óbvio, que existiu um controle diário na filosofia, nos processos, nas pautas e na finalização do “Repórter Brasil”. Houve no mínimo uma preocupação, além da jornalística, de amenizar críticas e de fazer apologias ao “sucesso” do atual governo.

Os algozes são fortes e continuam ilesos sob monumental blindagem, como se fossem mitos ou tabus com que não se deve mexer e admitir existência. Colegas que continuam na redação da TV Brasil poderiam atualizar sobre o assunto, mas não desejo a eles a sorte que tive. Questiono sim e com muita convicção sobre a competência e a isenção política de pessoas que estão na direção de seu conteúdo em Brasília. Será impossível exercer o jornalismo público e fazer valer os princípios éticos anunciados e defendidos pela EBC, com os traços de gestão existentes.

A REPORTAGEM DA FOLHA DE SÃO PAULO: ESCLARECIMENTOS

Pelo o que me relatou Daniel Castro, autor da matéria, este já havia sido contactado há semanas, por anônimos, sobre embates técnicos entre a gerente de telejornalismo, Jaqueline Paiva, editores e repórteres sobre a edição das cabeças (chamadas) das reportagens, este foi um direito que reservei estrategicamente todas as noites. A pressão para que eu me ausentasse antes de aprová-las, no entanto, sempre existiu e muitas foram as tentativas de mudá-las na última hora ou mesmo durante o jornal.

Quanto à escalada (manchetes que anunciam o telejornal), esta era mesmo feita a quatro mãos, às vezes até mais. Nunca relutei

em “filtrá-la” com a diretora de jornalismo, mas na ausência da mesma, a determinação era de que outro diretor o fizesse. O fato é que o único programa original da rede é o Repórter Brasil e ele é fechado na capital Federal. Na minha opinião, também publicada, o jornalismo é o coração de toda emissora de televisão. Controlar seu conteúdo é ferir a saúde de todo um corpo que busca funcionar com isenção.

HISTÓRICO

Alguns de nossos melhores repórteres reclamaram a gritos que não iriam gravar textos que não fossem deles e que a atitude mostrava que trabalhavam em uma TV chapa branca. A interferência nestes casos não era minha, o editor-chefe. O cerco aos repórteres e editoras que trabalhavam política e economia, principalmente, acontece há meses, mas ficou mais evidente a partir de março com os agravos sobre cartões corporativos, problemas na saúde pública e especulações sobre inflação e possibilidade de aumento de juros.

Na noite em que veiculou uma reportagem sobre o orçamento da saúde fui chamado para uma reunião a portas fechadas. Fui repreendido porque a matéria não mencionava que o problema na saúde existe “porque o imposto do cheque foi derrubado pela oposição.” A CPMF foi extinta em dezembro de 2007, três meses antes da matéria ter sido veiculada. Na ocasião também recebi ordem explícita da direção para que “todos os textos importantes passassem por Jaqueline Paiva e que qualquer repórter ou editora que se recusasse a fazê-lo, seria demitido.” Fui também “lembrado” por Helena Chagas de que Jaqueline Paiva era a “especialista contratada para dirigir o conteúdo de telejornalismo.”

A LÓGICA

Em qualquer redação do mundo, editores-chefe são responsáveis pela aprovação final de textos, ou por mérito de suas funções, por designar alguém que o faça na sua ausência. Apesar de minhas editoras, executiva e adjunta, serem profissionais brilhantes e experientes e de terem colaborado muito com a finalização do jornal, nunca pude transferir a elas tal autonomia, já que nem mesmo eu a tive.

Os diretores participam sim de todas as reuniões de pauta (um constrangimento para os demais que quiserem opinar),

determinam e direcionam conteúdo e interferem em todo o processo, tanto em Brasília como no Rio e em São Paulo. A diretora de jornalismo, permitiu um autoritarismo sem limites e se fechou para qualquer outra lógica de produção, de conduta e de comportamento jornalístico que reconhecesse o mérito de isenção política.

SUPORTE

Informo que além de cumprir o horário que me foi estipulado (30 horas semanais), participei de inúmeras reuniões, atendi repórteres e editoras em horários extraordinários para orientar sobre matérias e aprovar textos. Das reuniões de caixa a que se referem, participei de várias ou tive pessoas que me representaram, mas percebi que eram apenas técnicas e que pouco se discutia porque muito já havia sido definido e engessado. A decisão de não participar das reuniões, aconteceu depois de ser repreendido sobre a matéria da saúde, cumprida a qualquer hora do dia por determinação da diretoria.

CONCLUSÕES

O que está em questão agora não é a existência ou não da TV Pública. Isso já é fato. O erro, acredito, está instalado na redação de Brasília e não em toda a emissora, como favoreceria o pensamento sensacionalista.

Seria interessante verificar a periodicidade de matérias sobre *o sucesso* do governo na economia, a instalação e repercussão dos programas do PAC e o crédito dado a investidas do governo de Hugo Chaves na liberação de reféns das FARC. É hora de vocês iniciarem o verdadeiro projeto que irá influenciar a percepção do país sobre a TV Brasil”.

Esse e-mail foi complementado por outros, de 16.04, 19.04 e 21.04.2008, com pequenas correções ao texto. O jornalista Luiz Lobo também se manifestou pessoalmente, aos membros da Comissão, em 13.05.2008. Reafirmando suas posições; e sem acrescentar fato novo, ou argumento novo, além dos já anteriormente indicados. É essa a síntese do seu depoimento, na reunião com a Comissão:

Declarações iniciais. Foi contratado em 22.11.2007 e demitido em 04.04.2008. O convite foi feito por Helena Chagas, a quem não conhecia bem. Disse que o contrato de trabalho limitava-se a 30 horas, sem especificar ser um horário flexível. Nega que não cumprisse horários. Disse que a equipe era formada por ele e mais 8 (oito) editores, que nunca se reuniam com Helena Chagas. Segundo ele, o fluxograma de formulação da pauta deveria ser:

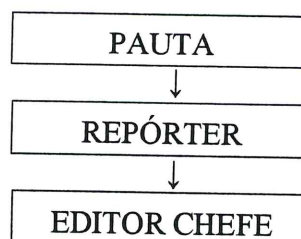


Figura. Fluxograma de formulação de pauta, segundo o jornalista Luiz Lobo.

Sobre as Reuniões de Pauta. Perguntado sobre a frequência das reuniões, informou nunca ter havido propriamente *Reuniões de Pauta*, por estarem essas pautas sempre semi prontas ou em andamento. Questionou quem preparava as pautas. As reuniões eram realizadas diariamente, delas participando Eduardo Castro, Flávia, Jaqueline Paiva, Eurico, Helena. Mas as pautas eram definidas antes da reunião. Disse ainda que, inicialmente, participava das reuniões. Mas que, após constatar não serem frutíferas, deixou de participar. Segundo o jornalista, Jaqueline, Helena e Eduardo Castro conversavam todos os dias, mas nunca o chamavam.

Sobre episódios CPMF e dossiê Casa Civil. Foram matérias de final de março. Segundo ele, o repórter fez as matérias e a editora Márcia Machado as aprovou, assim também como ele. Indo ao ar, foi chamado à sala de Helena – que questionou o fato de não terem, os repórteres, repassado antes o texto com Jaqueline. A mesma Helena teria determinado, então, que todos os textos importantes fossem enviados a Jaqueline, diretora de conteúdo do

telejornalismo. Lobo questionou sua própria autonomia e os embates foram constantes, a partir daí. Informou ainda que Jaqueline não tinha bom relacionamento com os repórteres, que reclamavam serem os textos “chapa-branca”. Ainda referiu situações em que foi chamada sua atenção. Como, por exemplo, não ter usado o termo “exclusivo”, ao anunciar uma matéria sobre a vinda de Raul Castro ao Brasil. E indicou vedação ao uso do termo *dossiê*.

Sobre Gestão. O jornalista insistiu várias vezes no fato de haver, segundo ele, problemas de gestão na TV. Admite que outras situações, iguais às que vivenciou, possam estar acontecendo. E questionou o fato de ter sido Jaqueline admitida, quatro dias após sua contratação, sem que ele soubesse qual seu papel efetivo na televisão – chegando a considerar que exercia o mesmo que lhe era destinado.

Sobre sua demissão. Ele próprio pedira reunião com a diretoria. Mas, chamado à direção, foi surpreendido com a demissão. E reafirmou se sentir frustrado, por ser competente e ter muita vontade de contribuir no projeto de uma TV pública.

Em relação ao jornalista Luiz Lobo, constatou a Comissão ser seu curriculum muito consistente. E que procedeu sempre corretamente, em relação ao conteúdo das matérias que veiculou. Na reunião que a Comissão teve com ele, ficou também claro que efetivamente acredita em uma televisão pública independente. E que se sentiu mesmo frustrado, em não poder contribuir para continuar desenvolvendo o projeto.

SÍNTESE DO PRONUNCIAMENTO DA JORNALISTA HELENA CHAGAS

A pedido da Comissão, igualmente em 18.04.2008, a jornalista Helena Chagas enviou por e-mail texto com pouco mais que 3 páginas, em resumo afirmando o que se segue (texto integral também acompanha, como anexo, o presente relatório).

“O jornalista Luiz Lobo, há quatro meses na empresa, foi por mim demitido, em 04/04, por inadequação às funções de editor-chefe do Repórter Brasil Noite, noticiário que vai ao ar todos os dias das

21hs às 22 hs. As muitas limitações do profissional para exercer o cargo de editor - e não o de apresentador, no qual se saiu bem - ficaram claras aos que com ele trabalharam ao longo desses quatro meses.

Os ataques do jornalista

Só posso atribuir ao ressentimento de quem acabara de ser dispensado do emprego os ataques à EBC e, sobretudo, à jornalista Jaqueline Paiva, chefe de Telejornais da TV Brasil. Jaqueline é uma profissional de reconhecida competência e experiência de mais de dez anos na TV Record, na TV Globo e no SBT, entre outros veículos. Trabalhamos juntas no SBT e foi por mim contratada porque reconheci nela qualificações compatíveis com o exercício da função de Chefe de Telejornais da EBC. Jaqueline é, portanto, hierarquicamente superior aos editores-chefes dos telejornais. Tem não apenas a prerrogativa, mas a obrigação de ler e revisar os textos de qualquer telejornal, como ocorre em qualquer televisão. (Um parêntesis: todos os textos do RB estão disponíveis durante todo o dia para leitura de toda a redação. Trata-se do sistema computadorizado INEWS, no qual é colocado diariamente o chamado “espelho” do telejornal e ao qual todos os envolvidos, inclusive repórteres, produtores, editores de imagem e de texto, têm acesso). No caso específico do RB Noite, não apenas a Jaqueline, como outros editores executivos – e inclusive nós, gerentes e diretores – tínhamos mais trabalho do que o normal, já que o editor-chefe era ausente e suas deficiências tinham que ser supridas.

As acusações de interferência do Planalto no conteúdo do Repórter Brasil.

Consideramos que não há melhor resposta às injustas acusações de interferência do Planalto no Repórter Brasil do que o próprio telejornal que colocamos no ar desde 3 de dezembro.

O noticiário relacionado ao suposto dossiê, assim como outros relacionados a outras crises políticas, não deixou de ser veiculado um dia sequer. Sempre com equilíbrio e isenção. Dando espaço aos dois lados que travam a luta política. O que a oposição chamava de dossiê, o governo chamava de banco de dados. Optamos por "suposto dossiê", entendendo tratar-se de uma forma imparcial. Se tivesse havido a interferência apontada por Lobo, ter-

se-ia usado "banco de dados". A oposição foi ouvida todos os dias, no noticiário sobre o dossiê.

Em relação à matéria sobre a falta de recursos para a saúde, houve um reparo de conteúdo por parte da chefia. Ao analisar o orçamento da Saúde, mostrando amplamente todas as suas mazelas no país e afirmar que os recursos do setor iriam acabar até setembro, a reportagem não informou que a Saúde perdera R\$ 20 bilhões com o fim da CPMF. Aliás, a pauta que pedia uma radiografia da falta de recursos da Saúde foi pedida pelo gerente Eduardo Castro.

As evidências da falta de preparo do editor-chefe são muitas, tudo indicando que Lobo não estava preparado para o cargo.

Por fim, lamentamos que um problema corriqueiro em qualquer empresa jornalística – a demissão de um funcionário que se revelou inadequado para o cargo e expôs publicamente todo o seu ressentimento – possa ter colocado em questão o trabalho coletivo de toda uma valorosa equipe que tem se esforçado com competência e lealdade para construir o jornalismo da TV Pública com que todos nós sonhamos”.

Esse e-mail foi antecedido por outro, de 08.04.2008, com quase o mesmo conteúdo. A jornalista Helena Chagas também se manifestou pessoalmente, aos membros da Comissão, em 13.05.2008. Reafirmando suas posições. Indicando problemas, com os horários do jornalista Luiz Lobo. Mas sem acrescentar fato novo, ou argumento significativo, além dos já anteriormente indicados. É essa a síntese do seu depoimento, na reunião com a Comissão:

Informações gerais. O jornalista Luiz Lobo foi contratado em 30 de outubro de 2007. Conhecia Lobo do SBT e considerava, como ainda considera, ser um bom apresentador de vídeo. Deveria ter sido contratado, hoje percebe, somente como apresentador. É comum, no telejornalismo, que o editor chefe seja também o apresentador. Só que a experiência não deu certo, na TV Brasil. E cedo percebeu que Lobo não reunia os atributos exigidos de um editor-chefe.

Sobre o contrato. Disse que ele se recusou a assinar o contrato, porque discordou das 30 horas de trabalho. E, também, que os desgastes eram constantes. Muitas vezes, chegava em cima da hora do telejornal, o que causava muitos problemas. Reportou-se a vários e-mails das equipes do telejornal, entregues a esta Comissão, que demonstrariam esses problemas. Relatou suas próprias orientações editoriais. E completou reiterando dever, um jornal que vai ao ar ao vivo, ser tratado com muito cuidado.

Sobre quebra de confiança. A última constatação de ato que levou a essa quebra de confiança foi o fato de que tentou promover um *motim* na redação, enviando a Orlando Sena mensagem em que ataca Jaqueline. Disse que sentiu, com este episódio, sua autoridade e liderança questionadas.

Sobre o dossiê. Reafirmou que sua orientação era falar em *suposto dossiê*, como todos os outros telejornais estavam fazendo.

Sobre Jaqueline e seu papel. Disse que Jaqueline era chefe de Telejornalismo e tinha, sim, função hierarquicamente superior à do jornalista Lobo. E que, na ausência constante do jornalista, Jaqueline passou a ter forte papel como editora. Por fim, reafirmou ser Jaqueline excelente profissional, razão única pela qual a trouxe do SBT.

Sobre a demissão. Assume que seu erro foi ter demorado a demiti-lo, por já haver indícios de sua inaptidão às funções de editor chefe, desde o início de sua contratação.

Em relação à Diretora de Jornalismo, Helena Chagas, considera a Comissão ter todos os atributos que se poderia exigir para o cargo que ocupa. Além de sólido preparo conferido por décadas de exercício da profissão de jornalista, demonstrou concretamente sua vinculação ao projeto de uma televisão independente. Não parecendo, à Comissão, ter em nenhum momento procedido equivocadamente, neste episódio.

ANÁLISE DOS TELEJORNAIS NOS 20 DIAS ANTERIORES À DEMISSÃO

Foram analisadas, pela Comissão, as manchetes de abertura da edição do Repórter Brasil Noite (TV Brasil), como também dos telejornais das principais emissoras da televisão brasileira: Jornal da Band (TV Bandeirantes), Jornal da Record (TV Record), SBT Brasil (SBT), Jornal Nacional e Jornal da Globo (TV Globo), nos dias que antecederam a demissão do jornalista – 17 de março a 4 de abril de 2008. Com o fim de, neste exame, avaliar eventual compromisso entre o jornalismo da TV Brasil e o Governo a que está funcionalmente integrado. Primeira constatação, dessa análise, é uma consistente maioria de notícias favoráveis ao Governo. Em todas as emissoras. Do que se tem não poder ser imputado à TV Brasil, solitariamente, a decisão de editar assim as correspondentes notícias. Do trabalho podendo então se constatar estarem, de maneira razoavelmente bem distribuídas, essas manchetes. Curiosamente, correndo as pouquíssimas manchetes contrárias ao Governo (só duas), nesse período, por conta precisamente da TV Brasil. Sendo, as restantes, matérias politicamente neutras. A ver:

FAVORÁVEIS

* Vem ai as contas bancárias simplificadas com cartão de débito para todas as famílias do Bolsa-Família ainda sem banco.

Jornal B (17.03)

* Mantega diz que crise externa afetará pouco o Brasil.

Jornal B (17.03)

* Guido Mantega diz que Brasil está pagando para enfrentar problemas na economia mundial.

TV Brasil (17.03)

* Números azuis. A criação de empregos com carteira assinada bate recorde histórico. A construção civil é o setor que abre mais vagas.

Jornal C (19.03)

* O governo completa o segundo mês sem CPMF. E bate mais um recorde de arrecadação de impostos.

Jornal E (20.03)

* O Brasil é o país que mais exportou para a União Européia, em 2007, já é o seu décimo parceiro comercial.

TV Brasil (20.02)

* O Brasil diante de uma revolução na economia. Hoje as classes C, D e E respondem por nada menos que metade do consumo do país.

Jornal A (20.03)

* A palavra do presidente. Lula diz que Severino Cavalcanti, denunciado por cobrar propina, foi vítima da oposição.

Jornal C (26.03)

* O Presidente Lula diz que já sabe quem vai ganhar a eleição de 2010: O candidato dele.

Jornal A (26.03)

* O Presidente Lula lança obras do PAC em Recife e diz que vai fazer o sucessor em 2010. “O sucessor, a oposição pensa que vai eleger sucessor. Pode tirar o cavalinho da chuva porque nós vamos fazer o sucessor para continuar governando esse país”.

Jornal B (26.03)

* Lula manda um recado sobre a sucessão de 2010: a oposição pode tirar o cavalinho da chuva.

TV Brasil (26.03)

* Aprovação ao governo Lula atinge maior nível desde o início do primeiro mandato.

Jornal B (27.03)

* Lula atinge recorde de popularidade.

Jornal A (27.03)

* O presidente Lula chama Hugo Chávez de o grande pacificador.

Jornal C (27.03)

* O presidente Lula ataca os senadores da oposição. “Estão destilando ódio”.

Jornal F (28.03)

* Presidente Lula ataca a oposição no Senado e diz que índice de aprovação ao governo irrita adversários. “Estão há destilando ódio”.

Jornal B (28.03)

* E o presidente Lula ataca os partidos de oposição. “Estão há destilando ódio”.

Jornal A (28.03)

* O IBGE apresenta uma estimativa sobre domicílios brasileiros beneficiados por programas sociais como o Bolsa Família.

Jornal E (28.03)

* Lula compara a boa fase do país à época do milagre econômico. “Eu acho que o Brasil está vivendo um momento mágico”.

Jornal A (31.03)

* A classe C cresce, acorda e vai às compras.

Jornal A (31.03)

* O Vice-Presidente acha que os brasileiros querem Lula mais tempo no poder.

Jornal F (01.04)

* Vice-Presidente da República diz que brasileiros querem que Lula fique mais tempo no poder.

Jornal B (01.04)

* Vice José Alencar disse que o povo quer Lula mais tempo no poder.

Jornal A (01.04)

* Vice José Alencar defende mais tempo no poder para Lula. Oposição reage.

TV Brasil (01.04)

NÃO FAVORÁVEIS

* O Ministro Temporário disse que a saúde do Rio está 50 anos atrasada. O prefeito acusa o Ministério de gastar mais da metade do previsto com a prevenção da doença.

TV Brasil (24.03.08)

* Entidades de direitos humanos exigem a apuração da morte de um traficante que estava preso em uma cela, na sede da Polícia Federal de São Paulo.

TV Brasil (21.03.08)

NOTÍCIAS FAVORÁVEIS, EM NÚMEROS

São 26 manchetes, razoavelmente bem distribuídas. Para contabilizar esses números a Comissão abateu, das 4 notícias “favoráveis” na TV Brasil, as 2 “não favoráveis”, chegando pois a um saldo de 2. Ficamos, pois, com 22 notícias “favoráveis”, que se distribuem entre os noticiários da maneira seguinte:

Jornal A	-	7 notícias
Jornal B	-	6 notícias
Jornal C	-	3 notícias
Jornal E	-	2 notícias
Jornal F	-	2 notícias
TV Brasil	-	2 notícias
Total	-	22 notícias

EXAME DO TELEJORNAL DA TV BRASIL

A comissão solicitou do jornalista que indicasse aqueles programas que, a juízo dele, mais claramente demonstrariam a vinculação que sugere, entre Governo e TV. Sem sucesso. Segundo ele próprio diz,

“Pediram-me exemplos de vídeo, mas não tenho acesso ao arquivo da TVB e acho que existem bons e maus exemplos ... Sobre o que ocorreu durante prefiro focar nos acertos da resistência. De qualquer maneira, sugiro que assistam os que foram assinalados pela direção para justificar a exposição da Ministra Chefe Dilma Rousseff, com relação ao *Suposto Dossiê*. Talvez consigam enxergar, como eu, para que lado a cobertura pende”.

Assim fez a Comissão.

NOTÍCIAS SOBRE CARTÕES CORPORATIVOS

Com relação especificamente ao dossiê dos cartões corporativos, durante esses 20 dias, há só quatro manchetes nos telejornais. Uma no Jornal B, a ver:

* Lula nega existência de dossiê sobre gastos de Fernando Henrique Cardoso e diz que a ministra Dilma Rousseff é vítima de chantagem política. Líder do Governo acusa senador tucano de ter vazado informações sobre despesas sigilosas do ex-presidente.

Jornal B (02.04)

E as três restantes da TV Brasil, a ver:

* Casa Civil nega existência do dossiê sobre gastos de FHC.

TV Brasil (22.03)

* Dilma Rousseff diz que sigilo dos gastos com cartões corporativos é garantido por lei. Já ex-ministros tucanos pedem a divulgação dos dados de quando estiveram no governo.

TV Brasil (27.03)

* Esqueça a discussão da CPI dos cartões corporativos. Agora é o governo que acusa senador da oposição de espionagem no caso do vazamento de informações.

TV Brasil (02.04)

USO DA EXPRESSÃO “SUPOSTO DOSSIÊ”, PELA TV BRASIL

Do exame desse material posto à disposição da Comissão se vê, com efeito, o uso reiterado da expressão “Suposto Dossiê”. Apesar disso, em vários telejornais, a palavra “dossiê” foi pronunciada (assim, sem o “suposto”) pelo jornalista Luiz Lobo E, também, pela

jornalista Karine Melo. Sem contar a exibição na tela, por vários segundos, de jornais impressos em que a palavra “dossiê” aparece bem claramente. Entre eles:

* Braço direito de Dilma faz dossiê contra família FHC.

Jornal impresso A.
(a mesma manchete foi exibida em 3 diferentes edições do telejornal).

* Casa Civil se nega a aceitar planilhas que integram dossiê.

Jornal impresso A.

* Dossiê chega ao Congresso antes da CPI.

Jornal impresso B.

Com relação ao conteúdo das matérias, está convencida a Comissão de não se poder caracterizar, o noticiário da TV Brasil, como favorável ao governo. A abordagem foi, substancialmente, a mesma dos demais telejornais. Sem uma visão crítica, sobre o fato. Nem defesa de sua legalidade, ou legitimidade. Editada, a matéria, com exposições descritivas dos fatos ocorridos na CPI, e referindo opiniões do governo e da oposição – de maneira equilibrada e com tempos equivalentes. A posição da jornalista Helena Chagas, no episódio, resta incensurável. Certo que o só uso, ou não uso, de uma única expressão, não se revela suficiente para caracterizar compromissos a favor ou contra o governo. Segundo a mesma Helena Chagas,

“O que a oposição chamava de dossiê, o governo chamava de banco de dados. Optamos por *suposto dossiê*, entendendo tratar-se de uma forma imparcial. Se tivesse havido a interferência apontada por Lobo, ter-se-ia usado *banco de dados*. A oposição foi ouvida todos os dias no noticiário sobre o dossiê”.

“Dossiê”, escreveu Helena Chagas. E não “suposto dossiê”, como constou das edições – permita-se, à Comissão, essa observação.

COMENTÁRIOS SOBRE O ORÇAMENTO DA SAÚDE

Apenas sobre duas situações concretas fez comentários específicos, o jornalista Luiz Lobo. Além do uso da expressão “suposto dossiê”, já referida, indicou também um noticiário sobre o orçamento da saúde. Segundo suas próprias palavras,

“Na noite em que veiculou uma reportagem sobre o orçamento da saúde fui chamado para uma reunião a portas fechadas ... Fui repreendido porque a matéria não mencionava que o problema na saúde existe *porque o imposto do cheque foi derrubado pela oposição*. A CPMF foi extinta em dezembro de 2007, três meses antes da matéria ter sido veiculada”.

Sobre o episódio, também se pronunciou a jornalista Helena Chagas. Segundo suas próprias palavras,

“Em relação à matéria sobre a falta de recursos para a saúde, houve um reparo de conteúdo por parte da chefia. Reparo óbvio por parte de qualquer chefia ... Ao analisar o orçamento da Saúde, mostrando amplamente todas as suas mazelas no país e afirmar que os recursos do setor iriam acabar até setembro, a reportagem não informou que a Saúde perdera R\$ 20 bilhões com o fim da CPMF. Este reparo, note-se, foi feito após a matéria ir ao ar, numa demonstração cabal de que não há censura prévia. Aliás, a pauta que pedia uma radiografia da falta de recursos da Saúde foi pedida pelo gerente Eduardo Castro”.

No ponto, considera a Comissão ter havido excesso de rigor pela direção de jornalismo da EBC. Porque apenas parte da CPMF se destinava à Saúde. E porque a arrecadação do governo se manteve, depois do fim da CPMF, nos mesmos níveis do ano anterior – em que ainda havia cobrança da CPMF. Sem redução, portanto, das receitas tributárias totais do governo. Ocorre que o país não vivia um cenário ótimo, na saúde pública, que teria vindo a se deteriorar pela falta de recursos do CPMF – compensados, no governo, pelo excesso na arrecadação de alguns tributos, ou pelo aumento nas alíquotas de outros – como IOF e CSLL. Crescendo inclusive a expectativa de arrecadação tributária, comparativamente ao ano anterior – estimativa

de 705,4 contra 682,7 milhões no orçamento de 2008. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, referido pela Folha de São Paulo (17.06.2008), a receita tributária no primeiro trimestre aumentou em R\$ 37,15 bilhões contra o mesmo período de ano anterior. Não há razão para ser diferente, no resto do ano. Sendo visível que o nível da saúde no país continuou, depois do fim da CPMF, tão ruim quanto era antes. Não parecendo adequado, pois, vincular o caos permanente da saúde, no Brasil, a uma falta virtual de recursos no governo – o que, reiterese, no caso inoocorreu. Ainda cumprindo notar que, dada a notícia 3 meses após o fim da CPMF, e esses fatos já eram todos, então, de conhecimento público. Sem sentido, assim, explicar o caos da saúde pública brasileira pelo fim da CPMF. Nesse ponto, considera a Comissão ser jornalisticamente correta a posição do jornalista Luiz Lobo. Não se prestando entretanto, este episódio isolado, para definir um padrão – em que a TV Brasil sempre defenda o Governo, em seus noticiários.

O FOCO NO TEMA

Questão incidental, sobre a qual também ponderou a Comissão, refere o estilo do telejornal da TV Brasil. Com excessiva ênfase no noticiário político. Não ocorre só com esse noticiário, claro. Também nos demais, das outras emissoras. Mas o tempo dedicado ao tema, pela TV Brasil, é pelo menos similar ao das demais rede de televisão. Quando, talvez, melhor fosse uma outra atitude. Com consistente redução do tempo destinado à política, que deveria ser limitada apenas aos momentos em que esse tema fosse uma preocupação central do país. O que nem sempre acontece. Assim, a mera reprodução desse noticiário, já levado ao ar pelas demais redes, não contribui para diferenciar delas a TV Brasil. Nesse ponto, o jornalista Luiz Lobo contribui, com sua opinião, no tanto em que sugere que “não (se) entre na competição com os demais e caia no *mesmismo* do factual burocrático”.

À Comissão, parece mesmo que a abordagem deveria ser outra. Devendo se deixar de dar, à realidade política, a importância que hoje tem. Com a vantagem de, limitando o

noticiário apenas aos momentos de maior importância na vida parlamentar ou institucional, se poder dizer ainda menos que a TV Brasil faz um jornalismo de compromisso político.

Claro que não se deseja uma televisão alienada, passando a impressão de não existir um cenário político no país. Mas o exame do noticiário revelou volume consistente de notícias que, caso não dadas, e nenhuma falta lhe faria. Por não terem esses fatos, nos dias em que foram noticiados, importância transcendente. Fica a sugestão, pois, para que a Direção do Jornalismo repense a própria natureza do noticiário.

No fundo, o que sugere a Comissão é que o público veja o noticiário da TV Brasil não como politicamente correto, ou mesmo melhor que os demais. Mas que seja reconhecido como diferente. Com notícias que os outros noticiários não dão, ou o fazem sem lhes conferir maior importância.

CONCLUSÃO

As expectativas tidas pela direção de jornalismo (contratante), e o estilo do jornalista (contratado), sugerem não ter desde o início ficado claro, como seria desejável, o papel que efetivamente cumpriria ser desenvolvido pelo Editor-Chefe na TV Brasil. Essa, no entender da Comissão, a raiz dos desencontros. Parecendo à Comissão terem importância secundária questões como o não comparecimento do jornalista às reuniões de pauta, ou os horários de sua chegada para apresentar o telejornal. Sobretudo porque esses problemas aconteceram quando já havia desencontros, entre a direção de jornalismo e o então Editor-Chefe do Repórter Brasil Noite. Considerando a Comissão que poderiam, esses desencontros, ter sido mesmo evitados com simples conversas, caso houvesse convergência entre o jornalista e seus chefes.

O episódio, à Comissão, pareceu decorrente de uma série de fatores. Para ela contribuiu o desconhecimento do estilo de trabalho do jornalista Luiz Lobo, com quem não manteve antes a Diretora de Jornalismo relação profissional estável, que lhe permitisse conhecer

melhor o contratado. E os naturais problemas decorrentes de ter que se por no ar, com pouco tempo de preparação, um telejornal com a dimensão do Repórter Brasil Noite. Sobretudo, os fatos decorreram substancialmente pela falta de definição das funções do jornalista Luiz Lobo. Desde a contratação, quando deveriam ter ficado claros seu horário, o papel que teria, a cadeia de comando (com indicação de superiores) e o que se esperava dele. Ao contrário disso, no caso, tudo se passou de maneira que à Comissão pareceu improvisada. Como se o jornalista fosse convidado para um projeto onde o papel de cada um dos atores seria definido naturalmente, ao correr do tempo. O que, como visto, não ocorreu.

Seja como for, não pareceu à Comissão estar o Repórter Brasil Noite contaminado pela preocupação, denunciada pelo jornalista, de engrandecer o governo. “Chapabranca”, segundo suas próprias palavras. Ao contrário está convencida, a Comissão, de que isso decididamente não ocorre. Com relação a esse tema central do episódio, é convicção firme da Comissão não se poder caracterizar uma orientação, da TV Brasil, em favor do Governo. Com o exame do noticiário da emissora mostrando, perante a Comissão, a preocupação de ser sempre balanceado. Isento. Democrático.

No caso, para a Comissão, esse noticiário se revelou equilibrado, não apenas no tempo dado às matérias – em que Governo e oposição dividem o noticiário, sem que se possa afirmar haver favorecimento a qualquer deles. Mas também no próprio conteúdo dos textos, que absolutamente não sugerem dependência em relação ao Governo.

Para chegar a essa conclusão, a Comissão não se limitou a todo o exame já aqui relatado. Também examinou, atentamente, o noticiário nos dias que se seguiram à demissão do jornalista Luiz Lobo. E o noticiário, depois como antes, se manteve no mesmo padrão de equilíbrio. Olhando com olhar do bom senso, pela Comissão, o jornalismo da TV Brasil, durante todo esse tempo, se revelou sempre correto.

CONCLUSÃO. A Comissão considera ter ocorrido, no caso, apenas incompreensões naturais de relação de trabalho, entre o jornalista Luiz Lobo e a Direção de Jornalismo do TV Brasil. Aos olhos da Comissão, sendo o Repórter Brasil Noite considerando como tecnicamente correto e politicamente isento.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES (MOÇÃO)

Não obstante o exposto, e contribuindo para o aperfeiçoamento dos trabalhos da TV Brasil, sente-se a Comissão à vontade para propor a moção que se segue.

MOÇÃO

UM CORREGEDOR PARA O CONSELHO. Os Membros do Conselho, em razão de suas ocupações profissionais, usualmente não conseguem acompanhar a programação da TV Brasil. Em seu conjunto, ao menos. E sempre só reagem a estímulos. Quando, melhor, seria que pudessem contribuir mais efetivamente com sugestões, sempre no sentido da melhora permanente de sua programação. Para tanto, a sugestão é que o Conselho indique, a partir de escolha do próprio Conselho, alguém que fosse pelo mesmo Conselho encarregado de acompanhar essa programação, promover estudos e atender pedidos outros do próprio Conselho. Fazendo relatórios ao Conselho, de maneira independente, sobre o teor da programação. A presença desse único funcionário não representará custo significativo amplo, para entidade que já tem 1276 servidores ativos (1014 egressos da Radiobrás, mais 262 da própria EBC), sem contar os 1.287 da ACERT, que trabalham em “termos de cooperação” (796 em CLT, 491 servidores no RJU). Certo que com um “corregedor” – à falta de melhor nome, assim chamaremos esse

funcionário –, ficaria o Conselho ainda mais à vontade em relação ao permanente exame da questões do conteúdo, na TV Brasil. Como essa que, agora, vem ao Conselho.

MOÇÃO: Que a EBC contrate funcionário, indicado pelo Conselho Curador, para cumprir tarefas que lhe sejam determinadas pelo mesmo Conselho Curador.

FINAL

Os signatários expressam suas posições, no caso, em rigorosa e absoluta convergência; e permanecem, à disposição do Conselho Curador, para qualquer esclarecimento que seja considerado necessário.

Brasília, 21 junho de 2008.

Cláudio Salvador Lembo

Ima Célia Guimarães Vieira

José Paulo Cavalcanti Filho